

ISSN - 3085-5624

Eixo Temático 2 - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos

ARQUIVO E OUTRAS FONTES:
memória e perfil das soldados pioneiras na Polícia Militar de Alagoas

ARCHIVE AND OTHER SOURCES:
memory and profile of pioneer soldiers in the Military Police of Alagoas

Fernanda da Silva Alves Calheiros – Universidade Federal de Alagoas –
fernanda.alvescalheiros@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2882-2028>

Magnólia Rejane Andrade dos Santos – Universidade Federal de Alagoas –
magnolia@reitoria.ufal.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5272-441X>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo trabalha a temática da memória e traça um perfil da primeira turma de soldados femininas da Polícia Militar de Alagoas. Composta por 35 mulheres que ingressaram na corporação em novembro de 1989, a turma marcou uma mudança significativa ao romper com a exclusividade masculina na instituição. À luz da Ciência da Informação e fundamentada nas teorias de autores como Halbwachs, Nora, Le Goff e Chartier, a pesquisa envolveu revisão de literatura, análise de dados arquivísticos da instituição militar, além de métodos secundários como entrevistas individuais e grupo focal com representantes da turma pioneira.

Palavras-chave: memória; arquivo; mulher; Polícia Militar de Alagoas; mulher militar.

Abstract: *This study works on the theme of memory and outlines a profile of the first group of military women from the Military Police of Alagoas. Composed of 35 women who joined the corporation in November 1989, the group marked a significant change by breaking with male exclusivity in the institution. In the light of Information Science and based on the theories of authors such as Halbwachs, Nora, Le Goff and Chartier, the research involved literature review, analysis of archival data from the military institution, as well as secondary methods such as individual interviews and focus groups with representatives of the pioneer class.*

Keywords: *memory; archive; woman; Military Police of Alagoas; female military personnel.*

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar de Alagoas (PMAL) foi oficialmente criada em 3 de fevereiro de 1832. Desde a sua fundação, a corporação foi composta exclusivamente por homens. Somente cerca de um século e meio depois, em 13 de janeiro de 1987, a Lei nº 4.877 rompeu com

essa tradição, permitindo a inclusão de mulheres na instituição. Nos anos seguintes, foram realizados os primeiros concursos destinados às que seriam as pioneiras na corporação.

As publicações acerca desse marco histórico são escassas e, apesar de ser um passado recente da PM alagoana, é um assunto pouco conhecido entre a tropa. Neste sentido, e alicerçada sobre o aporte teórico da Ciência da Informação, esta pesquisa propõe-se a dar visibilidade à temática da mulher ocupando o ambiente militar. Para isso, estudará as fontes documentais que guardam a memória sob este aspecto.

Considera-se que “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (Bosi, 2007, p. 39). Por ser a turma de maior quantitativo, a de soldados foi tomada como parâmetro neste estudo, que é parte integrante da dissertação de mestrado. O objetivo geral deste trabalho é analisar a memória da incorporação das policiais femininas (PFems) na PMAL por meio da análise e mapeamento de documentos desde a chegada dessas primeiras policiais.

Os objetivos específicos incluem: identificar o perfil e a trajetória das soldados pioneiras na PMAL, investigar o papel dos arquivos funcionais na preservação da memória dessas pioneiras e determinar as principais fontes documentais que contribuem para a construção da memória institucional. A coleta de dados nas fichas funcionais do arquivo físico e do sistema eletrônico de recursos humanos da PM serviu de base para traçar o perfil desse primeiro contingente feminino.

Este estudo se propõe a preencher uma lacuna na literatura existente, oferecendo novas perspectivas para a Ciência da Informação, especialmente na área de Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos. Além disso, contribui para a análise social e política ao observar a superação do paradigma masculino e as mudanças no papel da mulher dentro da profissão e, conseqüentemente, na sociedade.

Lança-se, então, o problema de pesquisa: quais são e como se organizam os documentos e as fontes de informação que guardam a memória da presença feminina na Polícia Militar de Alagoas?

2 DESENVOLVIMENTO

A chegada da mulher aos quartéis no Brasil tem seu primeiro indício datado de 1955, no estado de São Paulo, com a criação do Corpo de Policiamento Feminino. O grupo ficou conhecido como "as 13 mais corajosas de 1955" (SENASP, 2013, p. 17). O Paraná foi o segundo estado a incorporar mulheres em suas PMs, em 1978.

Em 1982, outras unidades seguiram o exemplo: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará. Em 1983, Pernambuco, Santa Catarina, Distrito Federal, Espírito Santo e Rondônia também incluíram mulheres. Em 1985, foi a vez do Acre e do Piauí; em 1986, de Goiás, Rio Grande do Sul e Tocantins; em 1987, da Paraíba e do Rio Grande do Norte; e, em 1988, de Alagoas. Sergipe e Amapá adotaram a medida em 1989, a Bahia em 1990, e, nos anos seguintes, o Ceará em 1994 e Roraima em 2000 completaram a inclusão.¹

O aporte metodológico deste estudo se baseia em uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando métodos de pesquisa bibliográfica e participante, análise de conteúdo e pesquisa documental. Foram examinados tanto arquivos físicos quanto digitais, incluindo fichas funcionais, Boletins Gerais Ostensivos (BGO), jornais, Diários Oficiais, legislações e arquivos pessoais.

Além disso, foram incorporados relatos de indivíduos que vivenciaram a construção da memória coletiva da instituição. Neste último método, foram realizadas entrevistas individuais e um grupo focal com integrantes da primeira turma de soldados.

2.1 Marcos referenciais da chegada da mulher à PMAL

Voltando à Lei nº 4.877/1987, o texto assinado pelo, então, governador José Tavares, estabelecia a previsão de mulheres na PMAL, oficiais e praças², e foi publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas, no dia 14 de janeiro de 1987:

¹ A sequência listada baseia-se em informações da autora desta pesquisa acrescidas de dados extraídos do estudo "Mulheres nas instituições de segurança pública" (Senasp, 2013, p. 15).

² A hierarquia da instituição, em ordem crescente, é composta por praças: aluno de soldado, soldado, cabo, 1º, 2º e 3º sargentos e subtenente. Há ainda cadetes, para pessoas matriculadas no Curso de Formação de Oficiais,

Assim, no começo daquele ano, através do Decreto 31.837, foi criada na Corporação a Companhia de Polícia Militar Feminina (CPFem), subunidade operacional e independente, comandada por uma capitã PM, cuja missão era realizar o policiamento ostensivo, priorizando as ações de defesa da mulher e do menor. Foi a primeira previsão legal para um quadro feminino na Polícia Militar de Alagoas (Teles, 2010, p. 132).

No ano seguinte, um concurso público selecionou e admitiu três mulheres que se tornariam as primeiras oficiais da PMAL. Como Alagoas ainda não possuía academia de polícia, elas foram enviadas para formação em Pernambuco e Minas Gerais. Os primeiros concursos para praças ocorreram em 1989. As futuras soldados e sargentos passariam por formação no próprio Centro de Ensino e Instrução (CEI) em Maceió, no bairro do Prado. Após a formação, oficiais e praças seriam designadas para compor a recém-criada Companhia de Polícia Feminina Independente (Cia PM Fem/Ind).

O Diário Oficial de Alagoas de 5 de agosto de 1989 trouxe os editais emitidos pela Seção de Recrutamento da Diretoria de Pessoal (DP) da PM: nº 06/89-DP e nº 07/89-DP, anunciando a abertura dos concursos públicos para soldados e sargentos, respectivamente. O primeiro oferecia 30 vagas para soldados, enquanto o segundo disponibilizava cinco vagas para sargentos. Ambos os editais foram assinados pelo coronel José Nelson de Menezes, diretor de Pessoal à época. Este trabalho se volta para as mulheres oriundas do concurso nº 06/89-DP.

Tanto os editais quanto a Lei nº 4.877/1987 estabeleciam os critérios de seleção, que eram os seguintes: a candidata deveria ser voluntária, brasileira, ter entre 18 e 25 anos, possuir idoneidade moral e estar em boa condição física e mental. Além disso, era necessário ter altura mínima de 1,60 m, ser solteira, viúva, desquitada ou divorciada, e não ter filhos nem estar grávida.

As candidatas precisavam ter concluído o primeiro grau ou equivalente (para o cargo de soldado) e o segundo grau ou equivalente (para sargento ou oficial). Além disso, deveriam ser aprovadas e classificadas nos exames seletivos, estar em dia com as obrigações eleitorais, não ter sido condenadas nem estar sub judice na Justiça Civil e não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

que quando concluem tornam-se aspirantes. As patentes de oficiais são: 1º e 2º tenentes, capitão, major, tenente-coronel e coronel, conforme Alagoas, 2014.

As aprovadas apresentaram-se para incorporação na condição de voluntárias para os cursos de formação no dia 28 de novembro de 1989. As alunas do curso de soldados permaneceram na unidade de ensino, recebendo instruções teóricas e práticas até a formatura, em junho de 1990. A promoção a soldado foi publicada no Boletim Ostensivo Geral (BGO) de 6 de agosto do mesmo ano, com efeito a partir do dia 3 do mesmo mês. Como nome da turma, as concluintes escolheram homenagear Maria Quitéria de Jesus Medeiros.³

2.2 Perfil da turma pioneira

Como destaca Le Goff (2003, p. 9), “a constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história”. Nesse sentido, o arquivo da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) foi a principal fonte para a elaboração do perfil das pioneiras do Curso de Formação de Soldados Femininos (CFSd Fem).

Figura 1 – Representantes da Turma Maria Quitéria de Jesus



Fonte: Acervo Pessoal (1990).

Pode-se afirmar, conforme Nora (1993, p. 9), que “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos

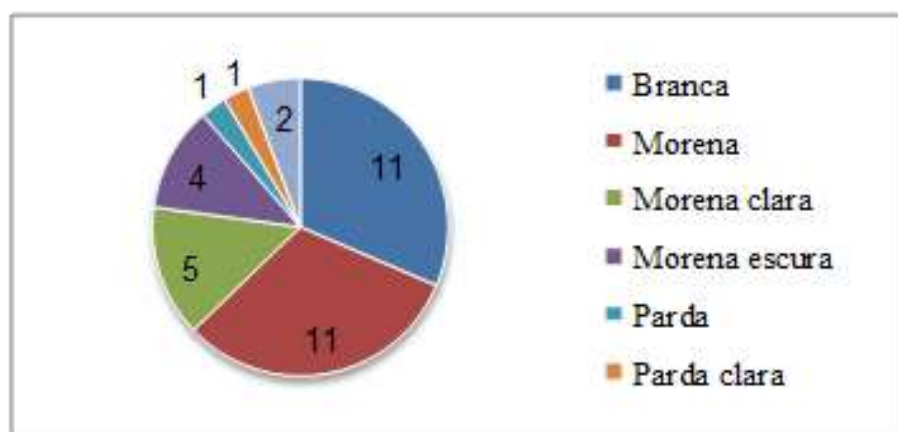
³ Maria Quitéria, nascida em Feira de Santana, Bahia, em 27 de julho de 1792, e falecida em 21 de agosto de 1853, foi a primeira mulher a servir como militar no Brasil. Disfarçada de homem, ela lutou bravamente ao lado dos patriotas durante a Guerra de Independência do Brasil, destacando-se pela sua coragem e determinação.

grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.” Nora argumenta que a memória é um reflexo da vida dos grupos, constantemente evoluindo e sendo moldada por suas experiências e interações. Ela está sujeita a contínuas transformações e é vulnerável a diversas interpretações e manipulações ao longo do tempo.

A análise dos dados arquivísticos levantou os seguintes critérios: naturalidade, escolaridade, estado civil, idade na época da incorporação, cor/raça/etnia, graduações e patentes alcançadas ao longo da carreira, bem como a condição atual. Todas eram solteiras. Na época da incorporação, 30 das pioneiras possuíam Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), uma tinha Ensino Fundamental (antigo Primeiro Grau) e uma possuía Ensino Superior. Em dois casos, o grau de instrução não foi identificado devido à ausência dessa informação nas fichas.

Quanto à origem, a maioria era de Alagoas. Vinte e uma declararam-se nascidas em Maceió, cinco em Pilar e sete em outros municípios do interior: Rio Largo, Jundiá, Cacimbinhas, Penedo, Piaçabuçu e Santana do Ipanema. Uma mulher nasceu em Recife, Pernambuco, e a naturalidade de uma não estava registrada, impossibilitando sua mensuração. As classificações para cor/raça/etnia foram: 11 brancas, uma parda e uma parda clara; quatro como morena escura; cinco como morena clara e 11 simplesmente como morena, conforme Gráfico 1. Para duas mulheres, a informação não estava disponível nas fichas.

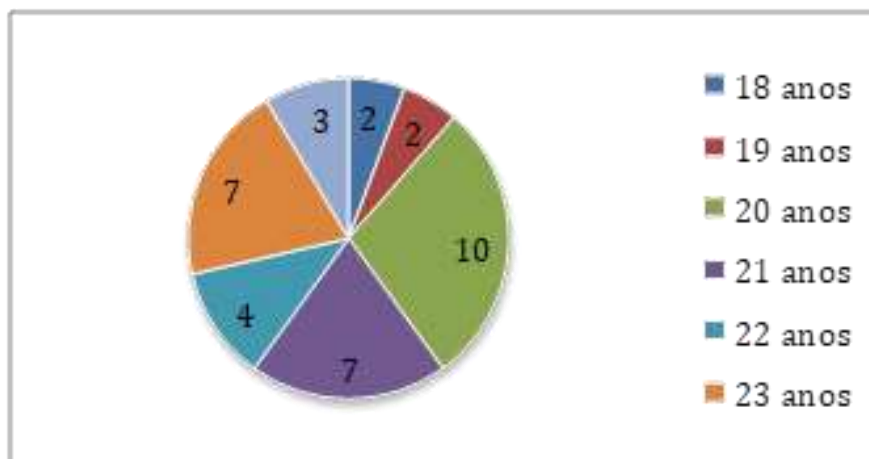
Gráfico 1 – Pioneiras por cor/raça/etnia



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

É notável que nenhuma ficha menciona integrantes como pretas, negras, amarelas ou indígenas, sendo a identificação feita pela Diretoria de Pessoal da PM. Já a faixa etária das pioneiras em novembro de 1989 variava de 18 a 24 anos, conforme Gráfico 2.

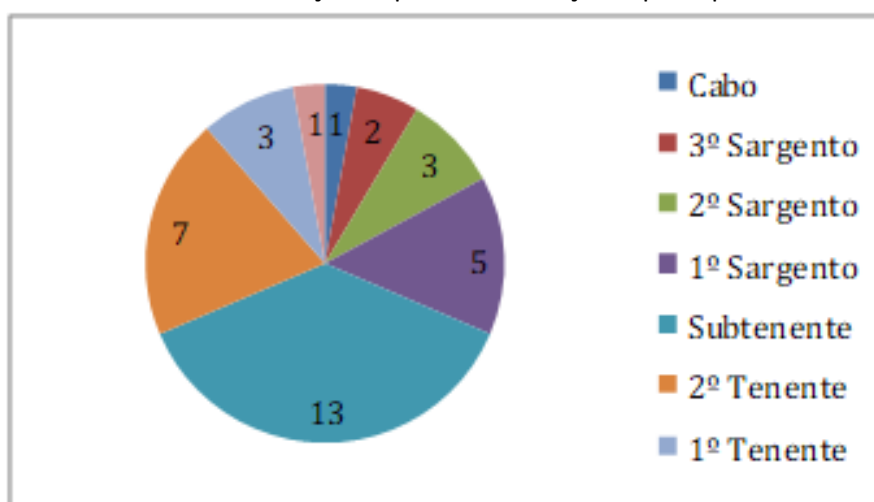
Gráfico 2 – Pioneiras por idade



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Todas as pioneiras conquistaram novas divisas e insígnias em seus uniformes, o que também implicou em aumento de salários e benefícios, conforme ilustra no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Graduações e patentes alcançadas pelas pioneiras



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Entre as graduações alcançadas, apenas uma chegou ao posto de cabo, enquanto duas alcançaram 3º sargento, três chegaram a 2º sargento e cinco a 1º sargento antes de se

ingressarem na inatividade. Treze delas chegaram ao posto de subtenente, o último grau no quadro de praças, e dez ingressaram no oficialato, com sete atingindo o posto de 2º tenente, três de 1º tenente e uma de capitão. Em abril de 2024, apenas uma, ainda como 2º tenente, permanecia ativa, 23 estavam na reserva remunerada e 11 na condição de reforma, incluindo uma militar já falecida.

3 CONCLUSÃO

Embora as fichas disponíveis não forneçam dados completos, as informações obtidas, associadas aos depoimentos de quem viveu esse marco, possibilitaram a construção de um perfil geral da turma pioneira. A história desse grupo, ainda pouco documentada, revela a necessidade de uma investigação mais profunda.

Esse perfil não apenas oferece uma visão detalhada sobre o grupo pioneiro, mas também ressalta as mudanças e progressos ao longo do tempo. A investigação, sustentada pelos documentos arquivísticos, permite uma compreensão mais profunda do impacto dessas mulheres na corporação e contribui para a construção de uma memória mais completa e precisa sobre a inclusão feminina na PMAL.

Apesar de os resultados da pesquisa serem parciais e em desenvolvimento, já foram obtidos avanços significativos, evidenciados pelo levantamento nos arquivos. Acompanhando o raciocínio de Bosi (2007), a memória é um vasto repositório onde apenas fragmentos são registrados. Nesse sentido, e com base na Ciência da Informação, esta pesquisa busca ampliar o debate sobre o tema a partir da perspectiva de gênero.

A Polícia Militar de Alagoas, que possui quase um século e meio de história e, até então, contava com um quadro exclusivamente masculino, recebeu seu primeiro grande contingente de mulheres no final da década de 1980. Este marco, ocorrido em 1988, é celebrado anualmente como o Dia da Policial Militar de Alagoas. No entanto, foi identificado um equívoco na Lei nº 8.118/2019, que erroneamente associa essa data à formatura das mulheres.

De acordo com a consulta ao Boletim Ostensivo Geral (BGO), a data correta refere-se à incorporação das voluntárias, enquanto a formatura ocorreu em 21 de junho de 1990 e a

promoção a soldados foi formalizada no BGO de 6 de junho, com vigência a partir de 3 de junho do mesmo ano.

Apesar das persistentes barreiras de gênero, os avanços são notáveis. Inicialmente, apenas 50 mulheres foram incorporadas – 35 soldados, 12 sargentos e 3 oficiais. Hoje, o número de mulheres ativas na PMAL cresceu para 1.303, abrangendo todos os quadros, patentes e graduações. Parte da trajetória das pioneiras que abriram caminho e desafiaram a predominância masculina está documentada neste resumo expandido. No entanto, ainda há muito a ser explorado e compreendido sobre essas mulheres e seu impacto na corporação.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei nº 4877, 13 de janeiro de 1987. Dispõe sobre o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado de Alagoas e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial Estado de Alagoas**, Maceió, p. 11, 14 jan. 1987.

ALAGOAS. Polícia Militar de Alagoas. **Diário Oficial Estado de Alagoas**, Maceió, p. 6-7, 5 ago. 1989.

ALAGOAS. **Lei nº 7.656, 10 de setembro de 2018**. Dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos oficiais e praças da ativa da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas acesso na hierarquia militar e dá outras providências. Estado de Alagoas, Maceió, 10 set. 2018. Disponível em: [file:///C:/users/55829/downloads/pmal%20-%20lei%20n%207.656, de 10 de setembro de 2014 - lei de promo%20c3%87%20c3%83o.pdf](file:///C:/users/55829/downloads/pmal%20-%20lei%20n%207.656,%20de%2010%20de%20setembro%20de%202014%20-%20lei%20de%20promo%20c3%87%20c3%83o.pdf). Acesso em: 9 abr. 2024.

ALAGOAS. Lei nº 8.118, 21 de junho de 2019. Institui o dia da policial militar feminina do Estado de Alagoas. **Diário Oficial Estado de Alagoas**, Suplemento, Maceió, p. 01, 25 jun. 2019.

AMÂNCIO FILHO, J. **Fatos para uma história da Polícia Militar de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1976.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.697, 26 de julho de 2018**. Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sóror Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Presidência da República, Brasília, 26 jul. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-

2018/2018/lei/l13697.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.697%2C%20DE%2026,Her%C3%B3is%20e%20Hero%C3%ADnas%20da%20P%C3%A1tria. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **Polícias militares têm origem no século 19**. Brasília, 26 nov. 2013. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2940>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 77 p.

CONHEÇA os Heróis e as Heroínas da Pátria. Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroinas-da-patria>. Acesso em: 8 jun. 2023.

COSTA, C. **História das Alagoas**. 2. ed. Maceió: Sergasa, 1983. 179 p.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MATHIAS, S. K. ; ADÃO, M. C. O. Mulheres e vida militar. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, out. 2013. p. 145-165.

NORA, P. et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

OSORIO, R.G. **O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2003. (Texto para Discussão, 996). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2958?mode=full>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional**. 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2308/1/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SOUZA, M. S. "Sou policial, mas sou mulher": gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

TELES, S. J. **Briosa**: a história da Polícia Militar de Alagoas no olhar de um jornalista. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.